

# **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A INCLUSÃO DE INDIVÍDUOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

Fabiana Sousa de Freitas<sup>1</sup>

Giuliana Brossi<sup>2</sup>

## **RESUMO:**

A inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais é uma realidade no meio escolar, porém exige uma série de adaptações por parte da escola, dos professores e de toda a comunidade escolar. Por isso a formação dos professores é um assunto que entra em discussão visto que os profissionais de maneira geral não passaram por capacitação e os conhecimentos adquiridos na universidade não são suficientes. No caso dos professores de educação física não é diferente, este trabalho visa discutir as dificuldades e pensar soluções para que a educação física se torne uma importante ferramenta no processo de inclusão. Todo esse processo requer do professor de educação física uma reflexão acerca dos meios utilizados para trabalhar com portadores de deficiências, uma nova visão em relação ao movimento e ao esporte.

**Palavras-chave:** educação inclusiva. Formação profissional. Professor de educação física.

## **ABSTRACT:**

The inclusion of children with especial needs is a reality at the school atmosphere, however it requires a lot of adaptations by school, teachers and all school community. That's why the teachers formation is a theme that has come into discussion because professionals in a general way have not gone through training and the knowledge acquired at the university isn't enough. In the case of physical education teachers, it isn't different. This study aims to discuss the difficulties and to find out solutions so that physical education becomes an important tool at inclusion process. All this process requires of physical education teachers a reflection about the used means to work with special needs, a new vision in relation to the movement and to the sport.

**Key – words:** inclusive education. Professional formation. Physical education teacher

---

<sup>1</sup> Graduada em Educação Física pela UEG, pós-graduanda em Docência Universitária

<sup>2</sup> Mestre em Linguística Aplicada pela UNB, pós-graduada em Ensino de Línguas e Literatura pela UEG – Anápolis.

## **INTRODUÇÃO:**

Para que a inclusão escolar de crianças com deficiência tenha êxito é preciso um esforço comum da comunidade, da escola, dos profissionais de educação e dos alunos. Cabe à escola criar estratégias para incluir os alunos com necessidades especiais no ensino regular.

A preparação dos profissionais para lidar com essa nova realidade tem um papel fundamental para o sucesso desse processo. Para atingir o objetivo de proporcionar à pessoa com necessidades educativas especiais maior dignidade, respeito e integrá-la, é preciso que se tenha profissionais preparados e envolvidos com a essência do ideal de inclusão.

A educação física é uma disciplina diferenciada das demais, por ter um caráter mais informal e lúdico, o que não significa que não se tenha possibilidades de aprendizagem. A aula de educação física pode ser um momento muito importante para a integração dos alunos portadores de deficiências, pelo contato diferenciado que a disciplina proporciona entre os alunos. Se bem trabalhada, a educação física pode ser decisiva no processo de inclusão, daí a necessidade de se ter professores bem preparados e bem informados acerca de todo esse processo.

Quando se discute a inclusão escolar, vários questionamentos surgem, tais como, o que tem sido feito para oferecer aos professores qualificação para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais? De que maneira a universidade tem contribuído para a formação de profissionais preparados para a inclusão escolar?

A discussão acerca desses questionamentos é importante para que se encontre um caminho onde a inclusão não seja um processo imposto de cima pra baixo e acatado pelos professores sem possibilidade de analisar criticamente a situação. E seja sim um processo bem sucedido, realizado por professores envolvidos e bem informados acerca de todo o contexto que justifica a educação inclusiva.

O Objetivo da pesquisa foi analisar criticamente o papel do Profissional de Educação Física no contexto da inclusão na escola.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi dividida em tópicos, onde o primeiro traz noções sobre a Educação Inclusiva, o segundo tópico trata da qualificação profissional para o trabalho com Educação Inclusiva, o terceiro e último tópico fala do Profissional de Educação Física envolvido no processo de Inclusão.

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A visão sobre a educação para portadores de necessidades educativas especiais e também a forma como a sociedade interage com esse grupo vem se modificando e se transformando ao longo da história. Neste contexto, cresce o movimento para que a escola se adapte para atender a todos os alunos. Assim, segundo Lima (2006, p.28), “buscava-se então uma escola para todos, independentemente da origem social de cada um. A educação especial surge, pois como parte de uma proposta de educação para todos, que denunciava a discriminação e a exclusão social”.

De acordo com Oliveira (2002), caracteriza-se a educação inclusiva como um processo que abrange os portadores de necessidades especiais e os alunos com déficit de aprendizagem na rede regular de ensino.

Embora fosse visto como ideal, que a escola para portadores de deficiência fosse separada do ensino regular. Sobre isso, Lima afirma:

No entanto, ainda se considerava o atendimento separado, segregado, a melhor alternativa para as pessoas com deficiência: até a década de 1960, as crianças com deficiências não eram atendidas pelo sistema regular, e a Educação Especial só recebia um contingente de 10 a 15% do total dessas crianças. Além disso, a população que conseguia ter acesso à Escola Especial, quase nada aprendia, condenada a exercícios mecânicos e repetitivos (LIMA, 2006, p.28).

Segundo Oliveira (2002), a escola está preparada para lidar com a igualdade, mas, na verdade lida com pessoas diferentes, como a criança com paralisia cerebral, deficiência mental, inferioridade intelectual generalizada, deficiência visual e auditiva, criança emocionalmente perturbada, entre outras tantas características que tornam as pessoas “únicas”, sendo impossível um tratamento homogêneo.

De acordo com Lima (2006), vários setores da sociedade e associações de pessoas com necessidades especiais começaram a apresentar reivindicações nas políticas educacionais. A partir desse movimento, a mídia passou a veicular matérias sobre os excluídos da participação social, abrangendo os portadores de necessidades especiais.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96) a educação como direito de todos foi reafirmada. Em seu Artigo 58 traz a seguinte definição para educação

especial: “Por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Entretanto, até 1997, os documentos oficiais enviados às escolas pelo MEC/SEESP, fundamentavam a Educação Especial na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Declaração de Salamanca e, do ponto de vista legal, no artigo 208, inciso III, da Constituição Federal (LIMA, 2006).

Oliveira (2002), afirma a necessidade de determinar uma educação de amplitude maior, onde haja um trabalho diferenciado para cada tipo específico de deficiência. Onde as crianças com deficiência auditiva e visuais devem ter uma atenção diferenciada para que não haja uma deficiência em sua aprendizagem.

Nessa visão, de acordo com Lima (2006), a Educação Especial continuaria sendo considerada uma modalidade usual de atendimento às pessoas com necessidades especiais, ou seja, uma educação fora do sistema regular. Intensificaram-se então as discussões em torno da implementação da LDB e também as reivindicações no sentido de se estimular a participação das pessoas com necessidades especiais na escola comum. Ainda Lima (2006, p.30), cita que “A proposta de educação inclusiva passou a ser destacada e, já em 1996, o MEC registrou mais de 60% de aumento nas inscrições de crianças com necessidades especiais nas escolas comuns”.

Não é fácil ministrar aulas para um grupo diferenciado com necessidades especiais e de acordo com Oliveira (2002), até que ponto essa deficiência irá interferir no aprendizado dessas crianças como no caso de tantas deficiências como a deficiência integrativa ou intelectual, que é uma lesão cerebral, e pode ser dividida em mínima, ligeira ou severa; a dificuldade levará essa criança a ter desajuste na aprendizagem, ou como a deficiência expressiva, que limita as áreas verbais.

O mundo de hoje está passando pelo processo de admitir o portador de necessidades especiais, fato este que vem fazendo ampliar-se as fontes de estudo e de métodos para sua completa inclusão social e conseqüente preparação para o trabalho. De forma que a inclusão não é importante somente para o portador de deficiência, mas para a sociedade como um todo. “Pois, a visão de que só as pessoas com necessidades especiais ganhariam com a inclusão é preconceituosa” (LIMA, 2006, p.33).

Salerno e Araújo (2006), relata que o processo de inclusão não tem a proposta de colocar os alunos na escola apenas mas também adaptar a metodologia do ensino para atender não só os alunos com necessidades educativas especiais mas todos aqueles que algum dia apresentarem algum problema de aprendizagem.

Ainda Lima (2006, p. 30) “a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em documento de 2004, analisou os aspectos jurídicos relacionados à inclusão”. Assim todas as pessoas na idade legalmente prevista devem freqüentar o Ensino Fundamental, e ele não pode ser substituído pela Educação Especial. Assim, a Educação Especial deixa de ser uma modalidade de ensino separada e, nesse contexto, se torna um complemento da Educação Básica ou Superior, um instrumento que deve estar disponível quando necessário.

## **A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TRABALHO COM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A inclusão de portadores de necessidades educativas especiais no ensino regular requer adaptações por parte de todo o sistema educacional, a começar pelo profissional da educação. Segundo Mittler (2003, p.183), “durante o curso dessa jornada os professores vão construir e ampliar suas habilidades sobre as experiências que já possuem com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades de aprendizagem”. Porém, os professores também têm o direito de esperar apoio e oportunidades para seu desenvolvimento profissional, da mesma maneira que os pais e as mães têm o direito para esperar que suas crianças sejam ensinadas por professores cuja capacitação preparou-os para ensinar a todas elas.

De acordo com Salerno e Araújo (2006, p.01) “um dos problemas encontrado pela inclusão é a falta de preparo dos professores que irão atuar diretamente com os alunos, ou até mesmo a falta de vontade de mudar.

Assim a realidade da inclusão de portadores de necessidades educativas especiais na escola gera nos profissionais da educação uma insegurança quanto ao seu trabalho. Sobre isso afirma a citação logo a seguir:

Essa tarefa não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já têm muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência. (Mittler, 2003, p.184).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.9.394/96) afirma, em seu capítulo 5, que os sistemas de ensino assegurarão aos portadores de necessidades especiais: “Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Art. 59).

Porém, na realidade não há consenso nem mesmo de como deve ser a formação ou a capacitação de profissionais para uma educação inclusiva. Lima (2006), apresenta o questionamento de como deveria se dar essa capacitação, os professores deveriam conhecer profundamente apenas uma área de deficiência ou adquirir um conhecimento geral, e depois uma formação específica?

Rodrigues (2009), relata que a formação inicial do profissional raramente está relacionada com o processo de inclusão, e que existe no conteúdo programático temas relacionadas com a caracterização de deficiências e aspectos institucionais, mas com as boas práticas e metodologias que facilitam e integração a inclusão são poucas.

Segundo Lima (2006), a formação de professores para a inclusão não pode se basear em concepções estáticas e centradas em aspectos estritamente técnicos. É preciso considerar necessária a garantia de que as informações gerais sobre o percurso histórico das idéias sobre a deficiência, a organização de grupos reivindicativos dos direitos das pessoas com deficiências, estejam disponíveis; que se estimule a sensibilidade dos educadores para a percepção dos seus sentimentos, de modo que possam refletir sobre o que os motivou. Além disso, é muito importante que compreendam o contexto sócio histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. É preciso ter um domínio básico de conhecimentos que auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de interagirem com elas, obtendo assim subsídios pra atuarem pedagogicamente.

O Estudo de Rodrigues (2009) relata que o conteúdo a informação e a preparação desses professores são com freqüência inexistente ou quando tem são pouco direcionados para o processo de inclusão.

No que diz respeito ao conhecimento por parte do professor sobre todas as deficiências, Lima (2006, p. 122) afirma:

Quanto à especificidade de cada deficiência ou síndrome, o aprofundamento deve decorrer, inicialmente, da necessidade que a prática na sala de aula impõe, das demandas concretas de alunos que já estão inseridos nela. O professor não tem como saber a priori, tudo sobre todas as deficiências, para atender a qualquer aluno que procure a escola, mesmo porque as deficiências são dinâmicas: mudam e se alteram.

Mais especificamente no que tange à formação dos professores de educação física é possível destacar quatro aspectos fundamentais que podem contribuir de forma significativa para essa dificuldade. O primeiro diz respeito à falta de disciplinas ou mesmo ênfase na formação profissional para essas discussões. Em especial, no Brasil, somente a partir da década de 1980 é que passou a ocorrer uma discussão mais efetiva sobre as diferentes deficiências e as possíveis implicações para a intervenção nos cursos de Educação Física por meio de disciplinas específicas, tais como Educação Física Adaptada, Educação Física Especial ou Educação Física para portadores de necessidades especiais (GIMENEZ, 2006)

Além disso, é preciso expor os problemas na formação dos professores, que não recebem na universidade o preparo ideal para trabalharem com segurança com o aluno portador de necessidades especiais.

Com relação à formação do professor de educação física na universidade, Cidade e Freitas apud Aguiar e Duarte (2005, p. 27) afirmam que:

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

Cita assim Salerno e Araújo (2006), que a Educação Física quando integrou no currículo escolar, tinha em seu enfoque as atividades repetitivas e não tinha qualquer reflexão sobre sua prática, tendo como função apenas desenvolver e fortalecer os alunos fisicamente e moralmente.

Duarte apud Aguiar e Duarte (2005), diz que, somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais e que o material didático que trata das formas de trabalho com essa população, escrito em nossa língua, é escasso.

## **O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO**

No caso específico da educação física, é preciso discutir questões como o que pode e deve mudar na prática pedagógica do profissional com a inclusão, e quais serão as dificuldades encontradas. É importante trazer à tona o tema para que o professor esteja preparado para enfrentar com competência as mudanças exigidas em sua prática.

A implantação da educação inclusiva nas escolas ainda enfrenta muita resistência por parte dos professores. Segundo Falkenbach (2007) et al, “o processo formativo dos professores possui marcas profundas nos fundamentos conteudistas e nas técnicas didáticas. Uma formação humanista e que aposta na diversidade como um fator de aprendizagem e de desenvolvimento humano é bastante recente”.

Segundo Rosadas (1991, p.s/n), “a formação da personalidade do portador de necessidades especiais é outro ponto em comum que reflete atualmente atenção pela importância que assume no tratamento de reabilitação”.

A figura do professor de Educação Física bem preparado, atuando nesta área, dá ao aluno a oportunidade de promover o desenvolvimento global do corpo e a integração das habilidades motoras e orgânicas. O trabalho do professor de educação física com o aluno portador de necessidades educativas especiais consiste em adaptar os conteúdos da Educação Física ao tipo de deficiência.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, 1998), apresentam o princípio da inclusão, onde nessa visão se espera que o professor de Educação Física em sua prática pedagógica busque alternativas para incluir a todos os alunos. Visto que:



A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência. (PCNs, 1998, p.19).

Porém, é muito comum o fato de que a Educação Física Escolar apresenta uma tendência de considerar as preferências culturalmente determinadas e familiarizadas da maioria da população quanto às habilidades esportivas. Segundo Seabra Júnior e Araújo (2002), em decorrência desse contexto, aparentemente sem aspectos negativos, é possível observar que as aulas desenvolvem-se predominantemente em moldes esportivos, privilegiando um número bastante reduzido de modalidades. Todavia, esse tipo de ação, quando descontextualizado de uma proposta pedagógica, pode levar a uma prática esportivizada habilidades e competências.

Segundo Aguiar e Duarte (2005), a cultura desportiva e competitiva, historicamente dominante nas propostas curriculares da Educação Física, pode criar resistências à inclusão de pessoas que são encaradas como menos capazes para um bom desempenho numa competição.

De acordo com Salerno e Araújo (2006, p.01) (...) “aulas de educação física que anos atrás pensava apenas no rendimento físico dos alunos hoje busca oferecer a oportunidade de vivenciar diversos conhecimentos da cultura corporal”. O que pode ser afirmada com a citação de outro autor a seguir:

Muitas das proposições de atividades feitas em Educação Física, realizadas na base da cultura competitiva, podem ser observadas nas escolas. A prática desportiva, quando usada sem os princípios da inclusão, é uma atividade que não favorece a cooperação, que não valoriza a diversidade e que pode gerar sentimentos de insatisfação e de frustração. Essa cultura competitiva constitui uma fonte de exclusão e pode se consistir numa barreira à educação inclusiva (AGUIAR; DUARTE, 2005, p.s/n).

Essas ações, em geral, parecem reforçar o desinteresse e o afastamento dos menos expressivos e menos habilidosos, levando-os a solicitar a permissão do professor para deixar a aula, desmotivados pela falta de oportunidades ou por comportamentos excludentes por parte de seus pares.

De acordo com Aguiar e Duarte (2005), é bom salientar que, na rede de ensino, a Educação Física é a única disciplina que tem legislação específica para que certos alunos sejam dispensados de suas aulas, sendo que, determinados perfis biológicos de desempenhos motores podem ser uma das normas dessa dispensa.

Assim, percebe-se outro aspecto que se refere ao aluno presente nas aulas de Educação Física, porém sem participação efetiva nas atividades desenvolvidas. De acordo com Seabra Júnior e Araújo (2002, p.s/n), “parece existir uma relação direta desta ‘não participação’ com a ação pedagógica do professor, ou seja, quanto menor a ação do professor menor o envolvimento do aluno”.

Gimenez (2006), destaca que a busca pela superação das dificuldades individualmente ou em grupos, muitas vezes, típicas do contexto do esporte, pode criar condições favoráveis à segregação. Para a conquista, freqüentemente, privilegia-se a composição de grupos com os considerados mais aptos ou melhores, os quais, nem sempre incluem os indivíduos portadores de necessidades especiais.

Segundo Gimenez (2006), em meio a essa conjuntura que ainda dificulta a plena inserção de indivíduos portadores de necessidades especiais nas aulas regulares, existem dificuldades específicas que se consolidam no universo da área da Educação Física, ou seja, existem problemas de ordem micro. Não raro que o processo de inclusão esteja acontecendo gradualmente, independentemente de percalços administrativos por parte de outras disciplinas e que o profissional de educação física encontre dificuldades em promover a proposta de forma similar.

Segundo Aguiar e Duarte (2005), com o princípio da Inclusão, a Educação Física Escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

Salerno e Araújo (2006), cita que os Profissionais de Educação Física atualmente buscam apresentar aspectos da cultura corporal de vários povos, fazendo com que os alunos reflitam sobre as diferentes praticas culturais e proporcionando assim a vivencia das mesmas, mostrando que o que as vezes é estranho em uma determinada cultura apenas está fora de contexto em outra.

Para que isso aconteça é de extrema importância que o professor de Educação Física reveja seus conceitos com relação à competitividade e ao esporte ainda mais se tratando de alunos diferentes com necessidades diferenciadas. Sobre a atuação desse profissional, Aguiar e Duarte (2005) afirma:

Refletindo sobre a formação do profissional em Educação Física, que culturalmente vem privilegiando o desenvolvimento de capacidades e habilidades físicas, que tem priorizado o desempenho físico, técnico e o corpo enquanto objeto de consumo, pode-se dizer que o papel do professor dessa área é acompanhar a evolução com uma postura ética diante das novas formas de consumo e com senso crítico, baseado no referencial científico e teórico-metodológico, não se comprometendo com a lógica do mercado.

Para o Coletivo de Autores (1992, p.102) a Educação Física é "(...) uma disciplina do currículo, cujo objetivo de estudo é a expressão corporal como linguagem".

Completando assim o raciocínio acima, Aguiar e Duarte (2005) complementa que isso significa dizer, que esse profissional deve vivenciar a cultura vigente com o discernimento de que na sociedade de consumo, classista e competitiva o ter ultrapassa o ser com valor ético; e deve ter identidade de educador e de agente transformador da sociedade. O modelo do corpo-instrumento, voltado para a produtividade, reflete-se na forma da sociedade capitalista tratar pessoas menos capazes, tidas como tais por supostamente não poderem participar de forma efetiva do processo de produção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Física, por suas particularidades, apresenta dificuldades também específicas para apresentar uma proposta efetiva para a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais. As dificuldades podem ser vivenciadas em qualquer momento do processo de intervenção com indivíduos portadores de necessidades especiais, e em qualquer área de atuação, contudo, existem aspectos pertinentes mais especificamente à Educação Física que carecem de maior reflexão.

A preparação dos profissionais desde a universidade contribuiria efetivamente para o processo inclusivo na Educação Física. Porém, quando se trata de inclusão, não é possível delinear um modelo único que sirva de receita para todos os contextos de atuação. Ou seja, embora haja uma preparação e o professor seja capacitado, a realidade, a experiência do dia-a-dia sempre vai trazer surpresas e demandar pesquisa e empenho por parte dos professores para vencer os obstáculos.

A educação inclusiva requer do professor de educação física uma mudança profunda na sua forma de encarar o movimento, o esporte, ou seja, interferem em conceitos culturalmente enraizados. É necessário que haja uma reflexão por parte dos professores sobre a sua prática pedagógica e sobre as metodologias utilizadas na área da Educação Física no processo de ensino-aprendizagem e na avaliação de indivíduos portadores de necessidades especiais.

Se bem trabalhada, a Educação Física enquanto componente curricular, poderá se tornar uma importante ferramenta dentro do processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, contribuindo para uma real integração com os demais alunos, e conseqüentemente para uma efetiva inclusão social.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 11, n. 2, ago. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Diário Oficial da União, 23 de dezembro, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992..

FALKENBACK, Atos Prinz; BATTISTELI, Gisele; MEDEIROS, Juliana; APELLANIZ, Amanda. A Questão da Integração e da Inclusão nas Aulas de Educação Física. Revista Digital – Buenos Aires – ano 11, n.106, mar. 2007.

GIMENEZ, Roberto. **A Inclusão de Indivíduos Portadores de Necessidades Especiais nas Aulas Regulares de Educação Física: Repensando sobre a Prática.** Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11, n. 98 – Julho/2006.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social.** São Paulo: Avercamp, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos Sociais.** Trad. Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Flávia Fernandes de. **Dialogando sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar.** Leituras E. F. Deportes Revista Digital, ano 8, n.51 – ago de 2002.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: Reflexões Conceituais e Metodológicas.** Disponível em: [www.rc.unesp.br/IB/efisica](http://www.rc.unesp.br/IB/efisica). Acesso em: 20 de Nov. 2009.

ROSADAS, S. C. **Educação Física Especial para Deficientes.** 3 edição. Rio de Janeiro: Livraria, 1991.

SALERNO, Marina Brasiliano; ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Interação nas aulas de Educação Física: a construção de um novo conviver.** Revista Digital - Buenos Aires – Año 11 - n 102 – Nov. 2006.

SEABRA JÚNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **A Educação Física e Inclusão: Considerações sobre a Ação Docente no Ambiente Escolar ano 2002.** Disponível em: <[www.3fe.usp.br/efisica](http://www.3fe.usp.br/efisica)> Acesso em: nov. 2009.